



**CÂMARA MUNICIPAL DE SALOÁ**  
**Estado de Pernambuco**

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**  
**EXERCÍCIO 2023**

**PRESIDENTE(A): MARIA ADRIANA**  
**FLORENTINO MACIEL ALVES**

**SALOÁ**



**2023**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**SUMÁRIO**

1 APRESENTAÇÃO .....	03
2 DUODÉCIMO .....	03
3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	04
3.1 DESPESA AUTORIZADA .....	04
3.1.1 ANÁLISE DA DESPESA .....	04
3.1.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO .....	05
3.1.3 DESPESAS POR FUNÇÃO .....	05
3.1.4 DESPESA POR NATUREZA .....	06
4 GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA .....	07
4.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL .....	07
4.2 DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA .....	08
5 GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO .....	09
6 DÍVIDA CONSOLIDADA PÚBLICA .....	09
7 DÍVIDA FLUTUANTE .....	10
8 CONTRIBUIÇÕES AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA E GERAL .....	10
9 BALANÇO PATRIMONIAL .....	11
10 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	11
11 CONCLUSÃO .....	12





## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023

### 1 APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO, contendo as informações sobre a Execução Orçamentária; bem como no relatório destacamos o repasse do Duodécimo, despesas por natureza, despesas por função; e Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Dívida Consolidada (Fundada), Dívida Flutuante; e Despesa com Pessoal, Limite de Gasto com Folha de Pagamento e Repasses de Contribuições Previdenciárias.

A execução orçamentária foi efetuada em consonância com dispositivos da Lei Federal 4.320/64, e ainda obedecendo ao que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, e demais normas de direito financeiro para os órgãos públicos.

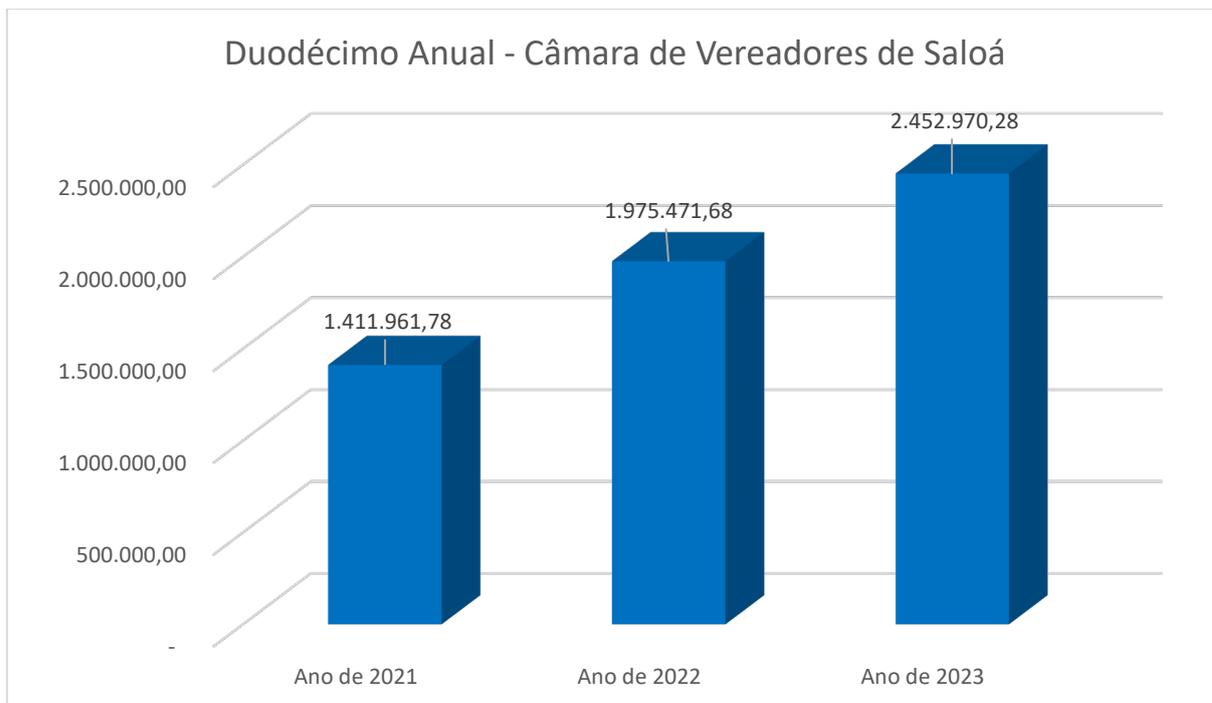
### 2 DUODÉCIMO

O art. 29-A da Constituição Federal estabelece os critérios para repasse de recursos à Câmara de Vereadores de Saloá-PE que tem menos de 100.000 habitantes está enquadrado no repasse de Duodécimo no percentual de **7%** (sete por cento) das receitas indicadas no art. 29-A da Constituição da República, arrecadadas no exercício anterior.

Em 2023 o somatório das receitas que integram a base de cálculo de que trata o dispositivo constitucional citado anteriormente foi R\$ **35.042.432,57**, onde **7%** deste valor representa R\$ **2.452.970,28** a ser repassado durante o ano ao Legislativo, mensalmente esse valor equivale a R\$ **204.414,19**.

Durante o ano de 2023 foi repassado **R\$ 2.452.970,28**, que corresponde exatamente, ao valor devido a título de duodécimo.





### 3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 3.1 DESPESA AUTORIZADA

A Lei Orçamentária Anual – LOA, nº 612 de 31 de outubro de 2022, fixou para 2023 as despesas no montante de R\$ **2.791.000,00**, da qual foi atualizada a partir de créditos adicionais suplementares e teve seu valor autorizado para 2023 no montante de R\$ **2.466.927,67**.

##### 3.1.1 ANÁLISE DA DESPESA

	VALOR AUTORIZADO	VALOR EMPENHADO
<b>I - Despesas Correntes.....</b>	<b>R\$ 2.054.346,67</b>	<b>R\$ 2.039.571,59</b>
a) Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 1.530.959,69	R\$ 1.517.689,56
b) Juros e Encargos de Dívida.....	R\$ 0,00	R\$ 0,00
c) Outras Despesas Correntes.....	R\$ 523.386,98	R\$ 521.882,03
<b>II - Despesas de Capital.....</b>	<b>R\$ 412.581,00</b>	<b>R\$ 412.580,99</b>
a) Investimentos.....	R\$ 412.581,00	R\$ 412.580,99
b) Amortização de Dívida.....	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>III - Total das Despesas (I+II) .....</b>	<b>R\$ 2.466.927,67</b>	<b>R\$ 2.452.152,58</b>

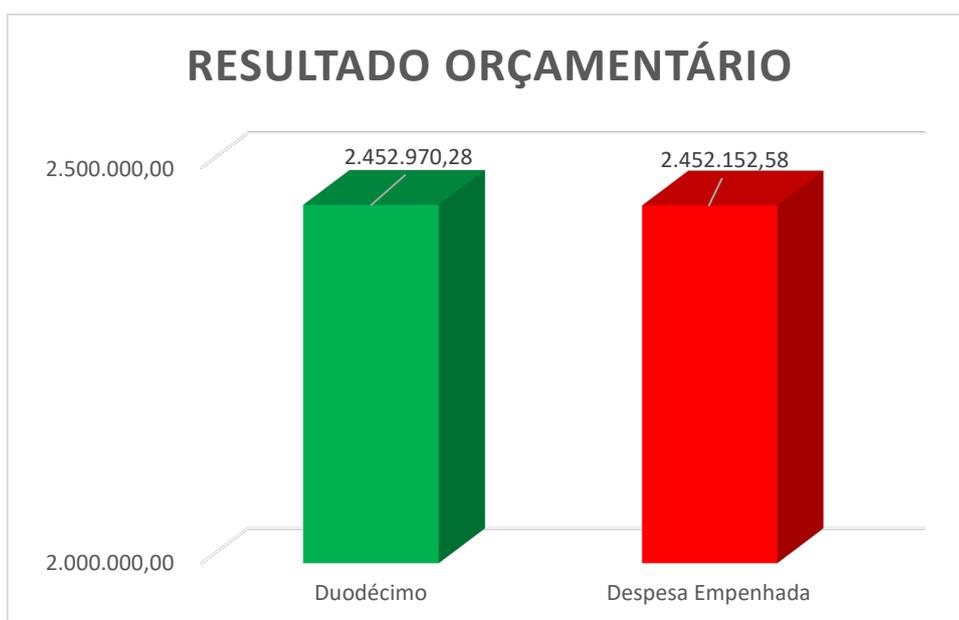




O coeficiente de execução das despesas orçadas para 2023 pela despesa liquidada foi de **90,40%** no período.

### 3.1.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Como vimos anteriormente a receita recebida (Duodécimo) durante o período foi de R\$ **2.452.970,28**, já a despesa executada (empenhada) fez o valor de R\$ **2.452.152,58**, gerando assim, Resultado Orçamentário de R\$ **817,70** Superavitário.



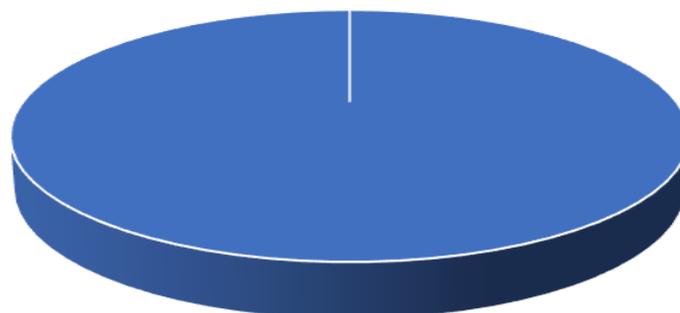
### 3.1.3 DESPESAS POR FUNÇÃO



Considerando as despesas por função, podemos observar o comportamento da Função Legislativa com o percentual de 100%, em relação ao total das principais elencadas no demonstrativo a seguir:

DESPESAS POR FUNÇÃO		
Função	Valor R\$	% Execução
Legislativa	2.452.152,58	100%
Administração	0,00	0%
Assistência Social	0,00	0%
Previdência Social	0,00	0%
Saúde	0,00	0%
Educação	0,00	0%
Cultura	0,00	0%
Urbanismo	0,00	0%
Saneamento	0,00	0%
<b>Total</b>	<b>2.452.152,58</b>	<b>100%</b>

### Execução das Despesas por Função



- |                      |                      |
|----------------------|----------------------|
| ■ Legislativa        | ■ Administração      |
| ■ Assistência Social | ■ Previdência Social |
| ■ Saúde              | ■ Educação           |
| ■ Cultura            | ■ Urbanismo          |
| ■ Saneamento         | ■ Gestão Ambiental   |
| ■ Agricultura        | ■ Energia            |
| ■ Desporto e Lazer   | ■ Outras             |

#### 3.1.4 DESPESAS POR NATUREZA

Analisando as despesas por natureza, podemos observar que os principais gastos/investimentos foram em despesas de Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, e Obrigações Patronais, com o percentual de 66,08% e 14,11%, respectivamente, em relação ao total das principais elencadas no demonstrativo a seguir:



<b>DESPESAS POR NATUREZA</b>		
<b>Natureza</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>% Execução</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	1.265.849,87	51,62%
Obrigações Patronais	251.839,69	10,27%
Diárias – Civil	2.167,24	0,09%
Material de Consumo	73.099,05	2,98%
Serviços de Consultoria	107.100,00	4,37%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	20.080,00	0,82%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	310.943,68	12,68%
Obrigações Tributárias e Contributivas	8.244,78	0,34%
Despesas de Exercícios Anteriores	247,28	0,01%
Obras e Instalações	405.134,00	16,52%
Equipamentos e Material Permanente	7.446,99	0,30%
<b>Total</b>	<b>2.452.152,58</b>	<b>100,00%</b>



## 4 GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

### 4.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL

O conceito de Despesas com Pessoal consta do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.



Na apuração das despesas de pessoal são considerados 12 (doze) meses, o mês de referência e os onze meses anteriores.

Na tabela abaixo consta a despesa com pessoal já deduzidos os valores que a Lei Complementar nº 101/2000 permite abater.

### DESPESAS COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	111.574,40	113.410,22	113.410,22	116.821,46	116.729,30	120.429,70	120.152,50	120.152,50	137.985,70	139.028,50	144.130,90	163.864,16	1.517.689,56	0,00
Pessoal Ativo	111.574,40	113.410,22	113.410,22	116.821,46	116.729,30	120.429,70	120.152,50	120.152,50	137.985,70	139.028,50	144.130,90	163.864,16	1.517.689,56	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	92.905,40	94.467,80	94.467,80	97.332,20	97.487,00	100.087,00	100.087,00	100.087,00	114.871,00	116.191,00	120.739,00	137.127,67	1.265.840,87	0,00
Obrigações Patronais	18.669,00	18.942,42	18.942,42	19.489,26	19.242,30	20.342,70	20.065,50	20.065,50	23.114,70	22.837,50	23.391,90	26.736,49	251.839,69	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	111.574,40	113.410,22	113.410,22	116.821,46	116.729,30	120.429,70	120.152,50	120.152,50	137.985,70	139.028,50	144.130,90	163.864,16	1.517.689,56	0,00

#### 4.2 DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

**Receita Corrente Líquida Ajustada..... R\$ 66.982.101,58**

**Despesa com Pessoal..... R\$ 1.517.689,56**

**Percentual de Comprometimento..... 2,27%**

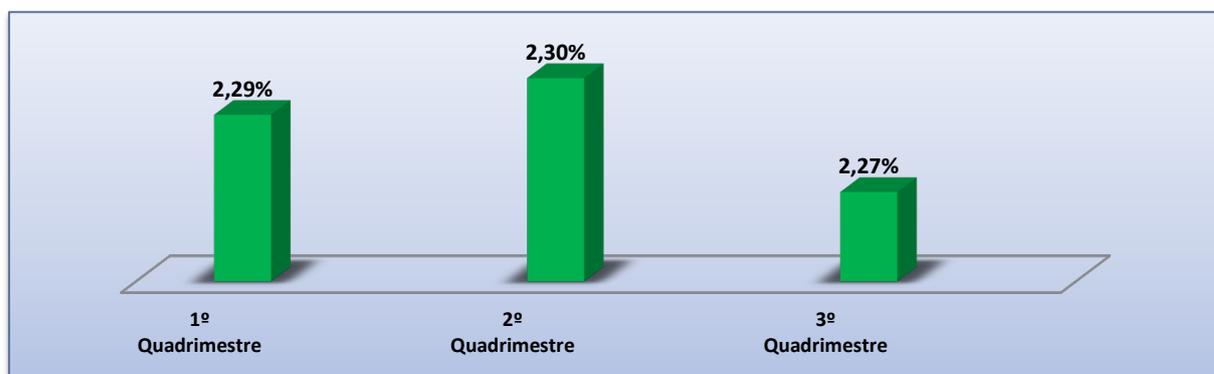
Limites da Lei Complementar nº 101/2000:

Limite máximo, 54,00% da RCL..... R\$ 4.034.504,97

Limite Prudencial, 51,30% da RCL..... R\$ 3.832.779,72

Limite de Alerta, 48,60% da RCL..... R\$ 3.631.054,47

Observa-se que o Poder Legislativo se manteve com uma folga em relação ao limite dos gastos com pessoal frente a receita corrente líquida de **R\$ 2.516.815,41**.



#### 5 GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO



Os poderes Legislativos anualmente não podem exceder o limite de 70% do Duodécimo recebido em gastos com despesas de folha de pagamento, desta feita, durante o exercício de 2023 o Poder Legislativo de Saloá aferiu apenas **51,67%** do referido limite.

<b>DESPESA DO PODER LEGISLATIVO</b>	
<b>GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO</b>	
<b>Artigo 29-A, §1º, da Constituição Federal</b>	
<b>Câmara Municipal de Saloá</b>	
<b>1. Gasto com Folha de Pagamento - GFP</b>	<b>1.267.465,01</b>
1.1. Contratação por Tempo Determinado (3.1.90.04.00)	-
1.2. Salário Família	1.615,14
1.3. Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil (3.1.90.11.00)	1.220.909,87
1.4. Vencimentos e Vantagens Variáveis (3.1.90.16.00)	-
1.5. Ressarcimento de Pessoal Requisitado (3.1.90.96.00)	-
1.6. Outros	44.940,00
Verba de Representação	44.940,00
<b>2. Deduções</b>	<b>-</b>
Verba de Representação do Presidente da Câmara	-
Inativos e Pensionistas	-
<b>3. Gasto Líquido com a Folha de Pagamento = (1-2)</b>	<b>1.267.465,01</b>
<b>4. Receita a considerar para GFP (menor dos seguintes Valores: 4.1 ou 4.2)</b>	<b>2.452.970,28</b>
4.1 Duodécimo calculado sobre a Receita Arrecadada pelo Município em 2018 (art. 29-A, caput)	2.452.970,28
4.2 Receita prevista para a Câmara para 2023 (art. 29-A, §1º)	2.791.000,00
<b>Percentual de GFP Líquido sobre a receita (03/04) x 100</b>	<b>51,67%</b>
<b>Limita do Artigo 29-A, § 1º, da Constituição Federal</b>	<b>70%</b>

## 6 DIVIDA CONSOLIDADA PÚBLICA

A Lei Complementar nº 101/2000, define no art. 29, Dívida Pública Consolidada ou Fundada como o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

SALDO INICIAL	EMISSÃO	RESGATE	SALDO FINAL
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

O limite de endividamento para Municípios, estabelecido pelo Senado Federal é de 120% da receita corrente líquida. Nesse quesito, o Poder Legislativo como exposto acima não possui dívidas parceladas.

## 7 DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, compreende as obrigações de curto prazo, como Restos a Pagar e Retenções Legais a serem repassadas, atingiu ao final do exercício o montante de R\$ 0,29, conseqüentemente gerou uma diminuição em relação a dívida flutuante inicial vinda do ano anterior.



SALDO INICIAL	INSCRIÇÃO	BAIXAS	SALDO FINAL
R\$ 1.900,15	628.564,56	R\$ 420.302,71	R\$ 210.162,00

## 8 CONTRIBUIÇÕES AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA E GERAL

O Poder Legislativo recolheu integralmente as obrigações previdenciárias do RGPS. Esta entidade não possui funcionários que se enquadrem no recolhimento para o SALOAPREV. A seguir, segue os demonstrativos de recolhimento para ratificar as informações citadas:

ANEXO XIII-A  
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)  
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZADA	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	88.900,00	10.110,72	10.110,72	10.110,72	-	20/02/2023	13/02/2023
Fevereiro	90.202,00	10.208,37	10.208,37	10.208,37	-	20/03/2023	02/03/2023
Março	90.202,00	10.208,37	10.208,37	10.208,37	-	20/04/2023	20/04/2023
Abril	92.806,00	10.403,67	10.403,67	10.403,67	-	20/05/2023	12/05/2023
Mai	92.950,00	10.411,50	10.411,50	10.411,50	-	20/06/2023	19/06/2023
Junho	95.550,00	10.626,55	10.626,55	10.626,55	-	20/07/2023	12/07/2023
Julho	95.550,00	10.626,55	10.626,55	10.626,55	-	20/08/2023	15/08/2023
Agosto	95.550,00	10.923,55	10.923,55	10.923,55	-	20/09/2023	15/09/2023
Setembro	94.230,00	11.418,55	11.418,55	11.418,55	-	20/10/2023	18/10/2023
Outubro	108.750,00	11.616,55	11.616,55	11.616,55	-	20/11/2023	08/11/2023
Novembro	111.390,00	11.814,55	11.814,55	11.814,55	-	20/12/2023	19/12/2023
Dezembro	111.390,00	11.814,55	11.814,55	11.814,55	-	20/01/2024	28/12/2023
13° Salário	15.926,67	1.197,45	1.197,45	1.197,45	-	20/12/2023	19/12/2023
<b>TOTAL</b>	<b>1.183.396,67</b>	<b>131.380,93</b>	<b>131.380,93</b>	<b>131.380,93</b>	-		

ANEXO XIII-B  
CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS)  
(RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)				PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	88.900,00	18.669,00	18.669,00	239,28	18.429,72	-	20/02/2023	13/02/2023
Fevereiro	90.202,00	18.942,42	18.942,42	179,46	18.762,96	-	20/03/2023	02/03/2023
Março	90.202,00	18.942,42	18.942,42	179,46	18.762,96	-	20/04/2023	20/04/2023
Abril	92.806,00	19.489,26	19.489,26	179,46	19.309,80	-	20/05/2023	12/05/2023
Mai	92.950,00	19.519,50	19.519,50	179,46	19.340,04	-	20/06/2023	19/06/2023
Junho	95.550,00	20.065,50	20.065,50	179,46	19.886,04	-	20/07/2023	12/07/2023
Julho	95.550,00	20.065,50	20.065,50	179,46	19.886,04	-	20/08/2023	15/08/2023
Agosto	95.550,00	20.897,10	20.897,10	179,46	20.717,64	-	20/09/2023	15/09/2023
Setembro	94.230,00	22.283,10	22.283,10	119,64	22.163,46	-	20/10/2023	18/10/2023
Outubro	108.750,00	22.837,50	22.837,50	-	22.837,50	-	20/11/2023	08/11/2023
Novembro	111.390,00	23.391,90	23.391,90	-	23.391,90	-	20/12/2023	19/12/2023
Dezembro	111.390,00	23.391,90	23.391,90	-	23.391,90	-	20/01/2024	28/12/2023
13° Salário	15.926,67	3.344,60	3.344,60	-	3.344,60	-	20/12/2023	19/12/2023
<b>TOTAL</b>	<b>1.183.396,67</b>	<b>251.839,70</b>	<b>251.839,70</b>	<b>1.615,14</b>	<b>250.224,56</b>	-		

## 9 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa, qualitativa e quantitativamente, o Patrimônio Municipal, e demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações, considerando a origem e aplicação dos recursos.

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$</b>	<b>211.646,42</b>
Disponível	R\$	209.594,65
Realizável	R\$	2.051,77
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$</b>	<b>54.545,04</b>



Restos a Pagar	R\$	50.969,78	
Demais Obrigações de Curto Prazo	R\$	3.575,26	
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>R\$ 569.978,51</b>
Realizável a Longo Prazo	R\$	0,00	
Bens Móveis e Imóveis	R\$	569.978,51	
Bens Intangíveis	R\$	0,00	
Valores em Ações	R\$	0,00	
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>	
Dívida Fundada Interna	R\$	0,00	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>R\$ 727.079,89</b>

## 10 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo Patrimônio Legislativo, se configuram na Demonstração das Variações Patrimoniais, e, analisadas podem ser assim traduzidas:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		2.452.970,28	1.976.400,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		2.452.970,28	1.976.400,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		0,00	0,00
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS NOTA 1</b>		<b>2.452.970,28</b>	<b>1.976.400,00</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS		1.517.689,56	1.498.867,62
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		1.265.849,87	1.240.358,72
ENCARGOS PATRONAIS		251.839,69	258.508,90
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		524.460,21	437.328,83
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		73.346,33	54.057,97
SERVIÇOS		440.290,92	374.894,03
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		10.822,96	8.376,83
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	928,32
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		0,00	928,32
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00



<b>TRIBUTÁRIAS</b>	<b>8.244,78</b>	<b>0,00</b>
CONTRIBUIÇÕES	8.244,78	0,00
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>0,00</b>	<b>5.521,30</b>
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	5.521,30
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS NOTA 2</b>	<b>2.050.394,55</b>	<b>1.942.646,07</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT) NOTA 3</b>	<b>402.575,73</b>	<b>33.753,93</b>

## 11 CONCLUSÃO

Conforme apresentado no presente relatório, este Poder Legislativo teve sua gestão voltada para cumprir as metas estabelecidas no orçamento, respeitando a Legislação pertinente.

As nossas despesas com pessoal e folha e pagamento, se mantiveram dentro do estabelecido na lei de responsabilidade fiscal e outras legislações que tratam do assunto.

Assim sendo, procuramos retratar através do presente relatório técnico, os principais aspectos da gestão ocorridos no exercício de 2023, com clareza e objetividade, colocando-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

---

MARIA ADRIANA FLORENTINO MACIEL ALVES  
PRESIDENTE

---

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO  
CONTADOR  
CRC - 027671/O-4

